AÇÃO DIRETA E REVOLUÇÃO URBANA: OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Vanessa de Freitas[1]

RESUMO: O presente ensaio trata-se de uma reflexão acerca das ocupações de espaços privados e públicos no centro da cidade de Porto Alegre (RS) entre 2013 e 2014 e a participação política que envolve tais ações. Busca compreender as motivações e as implicações que essas ocupações têm no meio físico urbano e na percepção e agir político das pessoas.

PALAVRAS-CHAVES: Ocupações urbanas. Espaços públicos, ação direta.

ABSTRACT: This essay it is a reflection about the occupations of private and public spaces in the center of the city of Porto Alegre (RS) between 2013 and 2014, and political participation involving such actions. Seeks to understand the motivations and implications that these occupations have in the urban physical environment and perception and political action of the people.

KEY-WORDS: Urban occupations. Public spaces. Direct action.

"(...) qué bueno que respires que conspires
dicen que madrugaste demasiado
que en plena siesta cívica gritaste
pero tal vez nuestra verdad sea otra
por ejemplo que todos dormimos hasta tarde
hasta golpe hasta crisis hasta hambre
hasta mugre hasta sed hasta vergüenza
por ejemplo que estás solo o con pocos
que estás contigo mismo y es bastante
porque contigo están los pocos muchos
que siempre fueron pueblo y no lo saben
qué bueno que respires que conspires
en esta noche de podrida calma
bajo esta luna de molicie y asco
quizá en el fondo todos conspiramos
sencillamente das la señal de fervor
la bandera decente con el asta de caña
pero en el fondo todos conspiramos (...)"

(Mario Benedetti, *Todos Conspiramos*)

1 Sobre a política urbana de Porto Alegre

A cidade de Porto Alegre, capital do RS, assim como a maioria das grandes cidades brasileiras, tem um histórico de urbanização marcado pela divisão social e econômica centro-periferia. Embora haja muitos bairros nobres afastados do centro de Porto Alegre, o contrário é extremamente reduzido: a grande maioria dos bairros pobres está localizada na periferia da

[1] Graduada em Ciências Sociais pela UFRGS, milita em coletivos que pautam o direito à cidade e trabalha com educação popular. Na Dança e no artesanato, completa seu triângulo vital: pensar, sentir, agir.

cidade e aqueles poucos que se formam próximos ao centro, sofrem com uma política de governo que atua no sentido de anulá-los nessa região, seja na forma de programas de habitação, ou com a construção de moradias populares comumente na periferia, seja pela expulsão através de remoções.

Essa política urbana, que elitiza o centro da cidade, no entanto, não se reflete somente na questão da moradia. A cultura e o lazer no centro, também são atingidos por essa política. O uso dos espaços públicos, a arte de rua e os espaços privados frequentados por pessoas com menor poder aquisitivo são, cada vez mais, reduzidos e/ou restringidos, enquanto espaços privados frequentados pela classe média alta e alta quase não sofrem interferência governamentais em seu funcionamento e muitos são até mesmo incentivados pelo poder público. Até mesmo os espaços privados de produção artística estão cada vez mais reduzidos, em função dos altos preços dos aluguéis que impossibilitam grupos de artistas a instalar seus espaços de produção e treinamento no centro da cidade. Como bem aponta o antropólogo Caleb Alves,

> "Em todo lugar é preciso pagar ingresso, comprar adesão, atravessar catraca eletrônica. É o contrassenso da cidadania privatizada. É claro que deve existir o direito ao espaço particular, mas quando essa é a única opção que se tem não se trata de intimidade e sim de intimidação. (ALVES, 2012, trecho de nota)

A divisão centro-periferia e a redução e restrição de uso dos espaços públicos, resulta em uma segregação social que ocorre, portanto, por fatores econômicos respaldados por fatores políticos claramente identificados na política urbana de muitas cidades, como em Porto Alegre. Essa política atua de modo a desfavorecer ainda mais os indivíduos de baixa renda e as atividades populares, privilegiando grandes empresários que fazem do centro da cidade um meio de enriquecimento, através da especulação imobiliária de obras públicas com objetivos duvidosos, de Parcerias Público-Privadas (PPPs) com significativas vantagens para o privado, de empreendimentos imobiliários altamente lucrativos com formatos que muitas vezes ignora a supremacia do interesse coletivo sobre a cidade, entre outras práticas político-econômicas que transformam a vida, o espaço físico e as formas de acessá-lo.

O centro da cidade outrora era chamado de "centrão" em uma associação ao termo "povão". Atualmente, no entanto, esses termos tendem a desaparecer do vocabulário porto-alegrense ou a passar a referir-se cada vez a uma menor parte desse centro. Em Porto Alegre, viu-se a retirada da maior parte dos vendedores ambulantes (camelôs) das ruas, para transformar os espaços que antes ocupavam em estacionamentos. Tornaram-se

estacionamentos, também, espaços públicos antes utilizados por artistas de rua, feirantes, religiosos, entre outros fins populares.

A relação da população com seu centro passa também pela relação que essa estabelece com o seu rio, o Rio Guaíba. Esse, na região central, também é disputado pelos grandes empreendimentos imobiliários. Os altos prédios comerciais ao longo de boa parte da orla central criam uma barreira física e psicológica entre a população e o rio. E logo, possivelmente sejam maiores em número e potência, já que o projeto de revitalização do Cais do Porto prevê a construção de altas torres que servirão para fins comerciais, como shoppings e hotéis. Tal projeto prevê também que os armazéns desse Porto, que antes serviam para diversos fins culturais, se tornem espaços de consumo e lazer, como pubs e cafés, cujo padrão econômico restringirá a utilização da grande parte da população porto-alegrense. Em suma, a orla do Guaíba na região central também é alvo da lógica político-econômica em que moradia, lazer e cultura no centro são somente para aqueles que podem pagar por um alto preço.

Essa política urbana gera uma exclusão territorial, a qual, a urbanista Raquel Rolnik aponta que deve ser combatida através dos próprios elementos que a geram, com sua inversão: *i)* redistribuição de investimentos que ao invés de privilegiar determinadas áreas e funcionalidades, gerando "espaços defendidos e protegidos para poucos", gere mais oportunidades para toda população, "com espaços públicos de apropriação":

> A exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena (ROLNIK, 2002, p. 05).

ii) no campo da regulação urbanística, uma política que abra a cidade para toda a população, considerando o modo como o povo constrói sua moradia, ao invés de uma regulação que não contempla os processos sociais e acaba por gerar uma enorme ilegalidade nas moradias; e por fim,

iii) a democratização da gestão urbana, abrindo e ampliando o espaço de discussão sobre investimentos e controle do território urbano, envolvendo assim todos os atores sociais e refletindo no Plano Diretor da cidade (ROLNIK, 2002, p.4; ROLNIK, 2003, p.7). Sobre

esse elemento, a autora atenta ainda para um importante aspecto político eleitoral que envolve a gestão urbana e a regulação fundiária:

> No nível da gestão, a cidade irregular é tolerada, é até disseminada. Do ponto de vista político é até desejável que isso ocorra: à medida que toda a expansão da cidade de menor renda se dá de uma forma ilegal, irregular, isso torna essa população muito mais vulnerável a barganhas eleitorais, clientelistas e fisiológicas, pois assim ocorre a troca da chegada de infra-estrutura aos bairros por votos para este ou aquele candidato. É claro que, quanto mais se perpetuar a precariedade, maiores as oportunidades de realização dessa barganha por parte dos políticos (ROLNIK, 2002, p. 05).

A política urbana da cidade envolve ainda sua política de mobilidade urbana. Em Porto Alegre, essa política é claramente excludente, na medida em que privilegia o uso do transporte individual através de maiores investimentos em estrutura para circulação de carros, em detrimento de investimentos em transportes de uso coletivo. Essa política afeta toda a relação que os indivíduos têm com sua cidade, pois além de estabelecer o modo como as pessoas deverão se deslocar no perímetro urbano, afeta áreas de uso comum. Viu-se em Porto Alegre nos últimos anos a supressão de diversas áreas verdes (sendo alguns deles espaços de convívio social) para ampliação e/ou criação de avenidas, algumas no centro da cidade, onde a circulação de pedestres deveria ser prioridade. Além da transformação de uma praça pública, o Largo Glênio Peres, em estacionamento. Viu-se ainda, a falta de interesse da gestão pública em investir em transporte hidroviário, ignorando o potencial que a cidade tem para tanto, por ter grande parte de seu território banhado pelo Rio Guaíba. E, principalmente, a ausência de uma política com vista à ampliação e melhoria da qualidade da frota de ônibus coletivo e tarifas mais baixas. Em Porto Alegre, o transporte público urbano é operado por concessionárias que não passaram por processo licitatório e as quais são acusadas pelo Tribunal de Contas do Estado de uma lista de irregularidades, entre elas, a de lucrarem com a atividade um percentual muito acima do permitido por lei.

2 Contestação e mobilização

É nesse cenário que surgem mobilizações populares em disputa pelo centro da cidade. Movimentos de luta por moradia popular que já possuem organização sólida e histórico de luta conquistaram a propriedade de prédios centrais, antes abandonados. Outros seguem reivindicando sua destinação para moradia popular. Movimentos relacionados aos espaços públicos mesmo sendo, em sua maioria, pouco organizados e recentes, em suas ações, discursos e proposições acabam por se cruzar com os movimentos de luta por moradia. Nesse

intercâmbio, principalmente de ideias, ambos são fortalecidos na luta, nem sempre explícita, por mudanças que carregam em si a semente para uma revolução urbana.

A Casa Rosa, o Assentamento Utopia e Luta e o Assentamento 20 de Novembro, são exemplos de ocupações consolidadas no centro da cidade. Em meados de 2014 a Ocupação Saraí protagonizou o debate acerca da moradia popular no centro da cidade. Na época contavam 10 meses de ocupação de um prédio abandonado há uma década; moradores e apoiadores lutaram pela desapropriação do imóvel e sua reversão à moradia, tendo uma aparente vitória no início de julho com um decreto de desapropriação assinado pelo então Governo do Estado que, infelizmente, teve sua tramitação legal barrada pelo Governador da gestão atual. Na mesma época, outros quatro imóveis na região central foram ocupados: a Casa das Bruxas, a Violeta – Casa de Cultura Popular, a Caracol e a Flor. Na Violeta, os moradores organizam diversas atividades culturais, como oficinas e encontros abertos ao público e quando não gratuitas, pedindo uma contribuição simbólica, para fins de manutenção da casa. Embora os ocupantes da Violeta não almejem a desapropriação do imóvel e sua reversão à moradia e à cultura, fazem dali um espaço de luta e de resistência há em torno de dois anos. Desafiam as normas que permitem que imóveis não cumpram sua função social quando muitas pessoas não têm moradia e artistas e educadores não têm onde trabalhar, construindo a partir daí uma nova forma de pensar a propriedade e nossa relação com a cidade.

Quanto às ocupações dos espaços públicos, estas têm se multiplicado. A primeira mais importante desta geração acredito ter sido o chamado Largo Vivo. Evento político cultural autônomo que desde outubro de 2011 passou a reunir centenas de pessoas no Largo Glênio Peres em frente a um importante ponto da cidade, o Mercado Público, logo após o espaço ser transformado pela Prefeitura da cidade em estacionamento, coibindo o seu uso para atividades culturais e de lazer. A ocupação periódica do lugar iniciou, portanto, como um protesto à transformação do lugar num estacionamento e mostra na prática a finalidade que se quer para aquele espaço: lazer, esporte, arte, cultura e confraternização, de forma gratuita.

Outras organizações atuam de modo semelhante, tais como a CIRC no Largo Zumbi dos Palmares, a RUA – Rastro Urbano de Amor na Praça Açorianos, a Batalha do Mercado em frente ao Mercado Público, o Luau Autônomo na orla do Rio Guaíba, o Cidade Baixa em Alta, o Arruaça, a Serenata Iluminada e o Coletivo Defesa Pública da Alegria. O último, desde 2012 organiza, sobretudo, atos político-culturais pautando os espaços públicos desempenhando um papel importante nesse cenário. Organizou diversas mobilizações

denunciando parcerias público-privadas que cercearam os usos do Largo Glênio Peres, do Auditório Araújo Viana e do Cais do Porto. Além de atos contra a supressão de áreas verdes e de lazer da região central para ampliação de vias de automóveis. Contribuiu também na luta da Ocupação Sarai promovendo ações que ampliaram a visibilidade social para a causa da Ocupação e pressão no governo do Estado e do Município para um posicionamento favorável a desapropriação do imóvel.

Outra importante mobilização nesse período teve um desfecho infeliz para àqueles que, através de uma ação direta, defendiam um projeto de cidade mais humano e não segregador. Em abril 2013 um grupo de pessoas, sobretudo jovens, acampou em uma área verde do centro da cidade em defesa do espaço, contra o anunciado corte da vegetação do lugar pela Prefeitura Municipal para duplicação da avenida do entorno. A ocupação ficou conhecida como Ocupa Árvores. Após mais de um mês acampados e inúmeras atividades realizadas em defesa do espaço, os manifestantes foram violentamente retirados do local durante uma madrugada e levados presos e quase uma centena de árvores foram derrubadas.

Num mesmo escopo de reinvindicações - o do direito à cidade -, as mobilizações do Bloco de Lutas pelo Transporte Público ganharam força no primeiro semestre de 2013. O direito a um transporte público gratuito é posto como condição para o exercício do direito à mobilidade urbana para todos e, por conseguinte, condição para a garantia do direito à cidade. O movimento inicialmente apartidário e de esquerda, com uma pauta bem definida e tendo a ação direta como principal estratégia de luta, gradativamente foi perdendo a unidade de voz e de objetivos. Indivíduos, entidades e partidos de oposição ao governo federal, descontentes com problemas sociais, políticos e econômicos, perceberam naquela mobilização uma oportunidade para dar voz às suas insatisfações. Logo, a mobilização ganhou corpo, mas também uma diversidade de visões políticas, propósitos e alvos, muitas vezes contraditórios entre si. As chamadas "manifestações de junho" passaram a ser amplamente veiculadas nas grandes mídias, ganhando ainda mais visibilidade. No entanto, sua falta de coesão, dificultando uma articulação política, prejudicou o estabelecimento de mudanças sociais significativas. As conquistas do movimento acabaram limitadas a redução ou não aumento das passagens em algumas cidades brasileiras. A luta pelo passe livre não teve êxito e já no ano seguinte as tarifas de ônibus voltaram a subir.

A teoria clássica das ações coletivas, representada por diversos autores até a década de 60, define os movimentos sociais como irracionais e por isso, incapazes de influenciar o sistema político. Os habilitados seriam somente os partidos políticos, os grupos de interesses e

alguns líderes. Outras formas de participação, extra-constitucionais e com fortes convicções ideológicas eram consideradas antidemocráticas. Essa visão defende uma democracia onde não cabem todos, mas somente uma pequena parte da sociedade, a elite. É, portanto, uma democracia elitista que tende a perpetuar a ordem social vigente, com todas suas desigualdades sociais e privilégios, pois deslegitima a participação política da maioria dos indivíduos, aqueles que não são detentores de poder político e/ou econômico. (GOHN, 1997)

A partir dos anos 60, com o ressurgimento de mobilizações e de novas bandeiras, que pautavam mais a qualidade de vida (etnia, gênero, estilo de vida) do que suas condições de classe, a interpretação teórica sobre os movimentos sociais também mudou e esses passaram a ser vistos como racionais e organizados (ALONSO, 2009).

Durante a década de 70, três novas teorias surgem acerca das ações coletivas: a Teoria de Mobilizações de Recursos (TRM), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A primeira, tendo Olson como um dos seus principais teóricos, tinha como principal fator explicativo a dimensão econômica. Associava os movimentos sociais ao mercado, organização, burocratização, concorrência e portanto, racionalidade. Tais características seriam necessárias pra organizar e viabilizar o movimento. Já a segunda e a terceira desconsideram fatores econômicos e focam nos fatores políticos e culturais dos movimentos. A TPP, representada, sobretudo, por Tilly, define mobilização como "processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação", o que é condicionado pelas estruturas de oportunidades políticas que podem ser favoráveis ou desfavoráveis para a mobilização, pois enquanto grupos sociais, de fora do centro de poder político, dependem de canais de expressão de suas reivindicações. No conflito entre os "detentores do poder" (Estado) e os "desafiantes" (movimentos sociais), os agentes "escolhem dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório", que "é um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha", "aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos" (ALONSO, 2009).

No entanto, é a TNMS que talvez melhor expresse e decodifique alguns dos signos da ação coletiva tratada nesse texto, as ocupações. A corrente francesa representada por Tourine, aponta que a configuração da sociedade a partir dos anos 60, com a dominação cultural por meio da tecnologia, a politização da vida cotidiana e o predomínio do simbólico, implicou uma mudança nos conflitos sociais: "eles estão por toda a parte", permeiam todas as esferas da vida, da representação de direitos à qualidade de vida. Assim, nas novas mobilizações os

sujeitos não seriam classes, "mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural", e servem como agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. Ou seja, trabalham, ao invés de no plano das leis, no plano dos costumes: "uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil". Tal reação política é identificável nas ocupações dos espaços públicos e na reinvindicação de um projeto de mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo. Novas formas de se relacionar e viver a cidade propõe uma mudança cultural que nega a cultura do consumo onde o lazer, a arte e o transporte são mercadorias.

Pela corrente alemã, representada por Habermas, os novos movimentos sociais seriam

> formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e a racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos (ALONSO, 2009, p. 62).

Habermas acreditava que os novos movimentos sociais "seriam propositores de novas formas de cooperação e de comunidade" e "defenderiam formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de 'contrainstituições', protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia" (ALONSO, 2009, p. 63). As ocupações tanto dos espaços públicos como de prédios abandonados, aparecem como exemplos dessa caracterização proposta por Habermas, na medida em que, sua organização é horizontal e autogestionada e fortalecida por uma comunicação própria, que tem nas redes sociais e mídias alternativas sua principal ferramenta de informação e articulação, além de contemplar a arte popular em suas mobilizações, tanto na ocupação dos espaços públicos, como nas atividades propostas nas ocupações dos prédios. No caso das mobilizações do Bloco de Lutas pelo Transporte Público essa caracterização também se aplica. No entanto, o movimento que se desenvolveu posteriormente ao iniciado pelo Bloco de Lutas e que integra o que tem sido chamado de "manifestações de junho de 2013", passa a receber forte influência de partidos políticos e da grande mídia, diferenciando-se, portanto, ao menos nesse aspecto, da concepção de novos movimentos sociais proposta por Habermas.

Já Melucci, representando a corrente italiana, aponta que na "sociedade de massas" ou "sociedade da informação", a dominação se daria através do controle da informação e da interferência nas relações sociais, acabando com a divisão entre esferas públicas e privadas. Os movimentos sociais surgiriam como formas de resistência e "em busca de reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas". E essa ação coletiva aconteceria a partir da

comunicação entre os indivíduos, o que produziria um senso de coletividade frente a problemas comuns. Para Melucci, é nas "redes de relacionamento" que se constroem as motivações e a organização das ações coletivas, a formação de suas estratégias e de suas lideranças. E, diferentemente das teorias clássicas que viam na emoção uma irracionalidade desmobilizante, Melluci confere à emoção um papel de motivador para o engajamento. Nas ocupações do centro de Porto Alegre os fatores da comunicação e da emoção cumprem papel significativos. São capazes de gerar uma identificação com o outro, um colocar-se no lugar do outro, que fortalece sentimentos de solidariedade e de coletividade, fortalecendo assim as lutas dos grupos que se mobilizam na disputa pelo centro. É muito comum, nesses tipos de mobilizações a palavra "amor" ou com mesma semântica serem utilizadas como termo pra causar inquietação ou encorajamento. Eis alguns exemplos freqüentes nas comunicações relacionadas a mudanças sociais: "mais amor, por favor", "mais amor, menos carros", "todo coração é uma célula revolucionária", etc.

Pasquino (2005) define participação política, como:

> o conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, consequentemente, os valores) do sistema de interesses dominante (PASQUINO, 2005, p. 50).

Esta definição expressa uma noção estrita de ação política, a da democracia representativa. Num cenário de tomada de decisões que envolvem o coletivo, se o máximo poder dos que buscam participar é a escolha de representantes dentro de um esquema eleitoral pré-estabelecido e influenciá-lo, esta é uma posição secundária e de inferioridade, em que os trabalhadores ao invés de sujeitos ativos das mudanças sociais são intermediados por representantes. Legal e legitimado pela ideia de escolha, de voto contabilizado, o poder dos chamados representantes atendem a interesses controversos ("povo *versus* elite") e que resultarão em benefícios ou custos pra si próprios, conforme seu posicionamento. A ação direta contesta esse esquema e propõe táticas diversas de participação política, em que os indivíduos sejam sujeitos ativos e autônomos no processo político. Autonomia para decidir sobre sua história e para limitar suas próprias ações a partir da criação de regras sociais. Um "auto-governar-se para não ser governado e nem governar o outro, constitui-se numa conduta ética do agir por si mesmo sem desconsiderar o outro." (Guimarães, 2009). É o exercício do almejado poder popular em detrimento do poder das elites, que se sabe, historicamente, governa para si mesma.

A ação direta:

> se contrapõe à soberania, ao contrato, ao direito, ao esquema legítimo-ilegítimo. A estratégia da ação direta desnuda a falácia do direito natural, pois todo direito é antes conquista, para depois fazer do estabelecido, na correlação de forças, um direito natural e se constituir em direito soberano (GUIMARÃES, 2009, p. 19).

Desse modo, o ato de ocupar espaços públicos e privados, abandonados ou mal utilizados, constitui uma participação política ativa e direta, que de forma horizontal e autônoma se organiza e concretiza ações que denunciam as más condições desses espaços e expõe com práticas claras a destinação que se quer para esses lugares. Além de que, ocupar significa provocar uma fissura no sistema capitalista, gerador de desigualdades sociais, na medida em que sabota o Estado que serve à elite, à propriedade privada e à especulação imobiliária. Já ocupar as ruas em protestos como durante as "manifestações de junho" significa criar, por meio de ação direta, espaços de discussão e de reinvindicação das coisas que são públicas, extrapolando os espaços institucionais destinados para isso e que geralmente apresentam pouca ou nenhuma efetividade.

Ocupar, portanto, significa, além de pautar a cidade, questionando e expondo propostas, um fazer política de modo ativo que, na disputa pela cidade, e pelo seu centro, gera mudanças concretas, como o decreto de desapropriação do prédio da Ocupação Saraí, bem como mudanças na percepção e no agir políticos das pessoas, que tem nas ocupações uma oportunidade de reflexão e atuação política. Gohn (1997) denomina os movimentos sociais como "fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes". As ocupações na região central de Porto Alegre, enquanto mobilizações políticas horizontais e autogestionadas, ampliam as possibilidades de participação política, constituindo-se em lugares de produção de saberes, em que as oportunidades de se pensar e atuar politicamente estão mais facilmente ao alcance de todos, e não limitado a instituições governamentais ou partidos políticos com protocolos e agendas rígidas. Conforme avalia Caleb Alves,

> Os movimentos sociais no mundo hoje, são formas de resistência à sensação difusa e constante de ameaça que sentimos, de estarmos cada vez mais acuados no nosso sentimento de humanidade. O que se deseja é poder manifestar uma solidariedade anônima e quotidiana numa cidade onde há cada vez menos espaço para fazer isso. (ALVES, 2012, trecho de nota)

Castells (2013), em relação à ocupação de espaços públicos salienta que "o ato de ocupar uma área, contrariando as normas institucionais sobre os usos desses espaços significa

criar um espaço público em contraposição ao espaço público institucionalizado". Esse, dominado pelo poder das elites, tem sua função deliberativa limitada ao máximo (vide as audiências públicas onde a participação é regulada ao ponto de não conseguir exercer nenhuma influência sobre os processos decisórios).

Segundo Castells, ocupação de espaços públicos e de prédios simbólicos é de fundamental importância para a mudança social por basicamente três motivos: *i)* ocupar cria uma "comunidade" que gera "aproximação", e esta aproximação fortalece as lutas sociais frente ao medo da repressão, além de que amplia a participação, pois não exige que o indivíduo tenha pré-estabelecido uma convicção política ou ideológica; *ii)* são carregados de poder simbólico e podem resgatar levantes populares:

> Ao assumir e ocupar o espaço urbano os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade na qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes, como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915, começaram com boicotes aos aluguéis, contra a especulação na área da moradia. O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas. (Castells, 2013, p.16)

E *iii)* a formação de uma comunidade num espaço público simbólico propicia a formação de um espaço de deliberação e portanto, de um espaço político. Um "espaço híbrido": espaço em rede, situados entre os espaços digital e o urbano, um espaço de comunicação autônoma, relativamente livre da comunicação manipulada pelos detentores do poder.

No entanto, para as classes dominantes, ocupar é invadir. Nos meios de comunicação de massa o termo invasão é o utilizado para referir-se a qualquer tipo de ocupação de imóveis públicos ou privados, urbanos ou rurais, independente de suas circunstâncias. Utilizar o termo "invadir" tem como pretensão remeter a ideia de violência, de rebeldia, de desrespeito as leis, própria de uma ética burguesa que clama por uma passividade, sob o manto do termo paz, daqueles que sofrem com as desigualdades sociais. Não que a violência não seja defendida por muitos adeptos da ação direta como necessária e considerada por muitos como legítima, mas no caso das ocupações, a estratégia política é, em geral, a da ação direta não-violenta. Logo, associá-la à violência é manipular a opinião pública em favor dos interesses políticos e econômicos das elites no controle dos espaços com potencial de lucro.

3 Conclusão

A política urbana de Porto Alegre é utilizada como instrumento de exclusão e de manutenção de privilégios e desigualdades. A especulação imobiliária, respaldada nessa política segregadora expulsa os mais pobres do centro da cidade para as periferias. Espaços públicos são suprimidos por estacionamentos ou objetos de parcerias público-privadas que cerceiam seus usos populares. A mobilidade urbana é comprometida por projetos que ignoram a supremacia do interesse público, do bem estar da coletividade, investindo e portanto, incentivando o transporte individual que tanto congestiona as grandes cidades. Em meio a esse cenário, surgem mobilizações de resistência e enfrentamento. A ocupação (e as redes sociais), enquanto ação direta, constrói uma proposta de cidade e uma proposta de fazer política. Na prática cotidiana das ocupações surgem novas relações, novas percepções e novos comportamentos políticos. A visão sobre a cidade se altera e o sentimento de humanidade e de pertencimento (nós dela e ela nossa) une: ocupa-se se prédios e casas abandonas, ocupa-se espaços públicos, ocupa-se a rua. Um frase de empoderamento ecoa: "Ocupa e resiste"

4 Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n.76, 2009.

ALVES, Caleb. Nota para o ato político-cultural Defesa Pública da Redenção. 30/11/2012. Publicado em https://www.facebook.com/events/304694196308494/?ref=5.

_____. Reflexão para a conversa de conversa sobre Espaços Públicos, durante o ato político-cultural Defesa Pública da Alegria, 10/10/2013. Publicado em https://www.facebook.com/events/557483791001612/?ref=5.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013, 276p.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GUIMARÃES, Adonile A. **Ação direta como estratégia política**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Uberlâncdia, 2009.

ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? . **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002..

_____ . Política urbana no Brasil. Esperança em meio ao caos? **Revista da ANTP**, São Paulo, 2003.